



Anais da Assembléia

N.º 005

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE MARÇO DE 1.981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 1981

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Ezequias Losso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens.

Sob o n.º 01/81, do Senhor Governador do Estado, encaminhando cópias autênticas de termos aditivos datados de 11 de novembro de 1980, a convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana nas sedes dos municípios. — Ao Departamento Legislativo.

Sob o n.º 02/81, do Senhor Governador do Estado, encaminhando cópias autênticas de termos de convênios celebrados em 11 de novembro de 1980, entre o Estado do Paraná e os Municípios de CIANORTE, LOANDA, NOVA OLÍMPIA, PARANAVAI, SÃO JOÃO DO CAIUÁ, SÃO PEDRO DO PARANÁ e TERRA ROXA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, no exercício de 1980, conforme o PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROÇÃO DO SOLO NO NOROESTE DO PARANÁ - "PRONOROESTE". — Ao Departamento Legislativo.

Ofícios:

Sob os n.ºs 330, 331, 332, 333 e 334/80, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei, sob os seguintes números:

139/80. Do Senhor Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIOS SERVOS DOS POBRES, entidade com fins filantrópicos, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o número 7.416. — Anote-se. Arquite-se.

149/80: Do Senhor Deputado DAVID CHERIEGATE, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LINS DE VASCONCELOS, com sede e foro na cidade de Cascavel, o qual convertido em lei tomou o número 7.417. — Anote-se. Arquite-se.

147/80: Do Senhor Deputado LEÔNIDAS CHAVES, que declara de utilidade pública a LIGA MUNICIPAL PIQUIRIGUAÇU DE FUTEBOL, com sede e foro na cidade de Guaraniçu, o qual convertido em lei tomou o número 7.418. — Anote-se. Arquite-se.

151/80: Do Senhor Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO PROCOPENSE DE ASSISTÊNCIA AO MENOR — CASA DA CRIANÇA DE CORNÉLIO PROCÓPIO, o qual convertido em lei tomou o número 7.419. — Anote-se. Arquite-se.

148/80: Do Senhor Deputado LEÔNIDAS CHAVES, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA METALÚRGICA, com sede e foro na cidade de Guaraniçu, o qual convertido em lei tomou o número 7.420. — Anote-se. Arquite-se.

Do Senhor ANTÔNIO SANCHES, Vereador da Câmara Municipal de Maringá - PR, no qual solicita apoio ao Projeto de Lei número 3840/80, do ilustre Deputado JOÃO LINHARES, que revoga o Decreto Lei n.º 210, de 27 de fevereiro de 1967 — "que estabelece normas para o abastecimento de trigo, sua industrialização e comercialização". — Ao conhecimento da Casa.

Sob os n.ºs 338, 339, 340 e 341/80, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei, sob os seguintes números:

34/80: Do Senhor Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE UBIRATÃ, com sede e foro na cidade de Ubitatã, o qual convertido em lei tomou o número 7.425. — Anote-se. Arquite-se.

47/80: Do Senhor Deputado CYRO MARTINS, que denomina de PROFESSORA ELZIRA CORREIA DE SÁ, a unidade escolar de 2.º Grau implantada no Conjunto Residencial de Santa Paula, no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em lei tomou o n.º 7.423. — Anote-se. Arquite-se.

150/80: Do Senhor Deputado AIRTON CORDEIRO, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao PROFESSOR MARCOS AUGUSTO ENRIETTI, o qual convertido em lei tomou o número 7.422. — Anote-se. Arquite-se.

95/80: Do Poder Executivo que altera a legislação que autoriza o pagamento da pensão a viúvas e filhos dos servidores civis e militares, o qual convertido em lei tomou o número 7.421.

— Anote-se. Arquite-se.

Do Senhor AFONSO CLÁUDIO LEVINSKI, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Isabel do Oeste - PR, apresentando o MANIFESTO DOS SUINOCULTORES DE SANTA ISABEL DO OESTE, o que segue. — Anote-se. Arquite-se.

“Aos 16 dias de agosto de um mil novecentos e oitenta nas dependências do Centro Social Santa Isabel, às 14 horas, reuniram-se os suinocultores de Santa Isabel do Oeste para tratar de assuntos de relevância no tocante à criação de suínos, havendo como proposições de continuidade ou não devido os preços aviltantes pagos pelos frigoríficos e os preços astronômicos dos concentrados e produtos veterinários. Após horas de debates e troca de idéias todos os 149 (cento e quarenta e nove) participantes concordaram que se devesse publicar um manifesto, pois, que das reivindicações anteriores enviadas às autoridades de Direito não se obteve nem uma resposta, considerando um descaso e completa despreocupação no tocante à criação de suínos.” — Ciente. Arquite-se.

Sob o n.º 001/81, do Senhor CLODOMIR COSTA LIMA, Presidente do Tribunal de Alçada deste Estado, agradecendo sensibilizado a Vossa Excelência e aos eminentes Deputados Adalberto Daros e Ezequias Losso, pelo requerimento apresentado, congratulando votos pela eleição ao cargo de Presidente desse Tribunal. — Ciente. Arquite-se.

Sob o n.º 033/81, do Senhor ADEMIR PEDRO ACCO, Secretário da Prefeitura Municipal de Marmeleiro, encaminhando pedido de ajuda para que seja expedida ORDEM DE SERVIÇO a cada empreiteira da Rodovia 373 - Marmeleiro-Barração, antes que elas se retirem do local, bem como a liberação de recursos necessários e suficientes para que não haja paralisação dos trabalhos. — Ciente. Arquite-se.

Telex:

DE MIN. DA JUSTIÇA GAB/MINISTRO DF MSG NR 9465 DT 121280

Ex.mo SR.

DEPUTADO FABIANO BRAGA CÔRTEZ
PRESIDENTE ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADO DO PARANÁ
CURITIBA — PR

GM/SA/0770 DT 121280 EM NOME MINISTRO JUSTIÇA
VG COMUNICO EM ATENÇÃO SEU OFÍCIO DE 07.10.80
VG QUE A DIREÇÃO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA
FEDERAL VG OUVIDA A RESPEITO FATOS ALEGADOS
VG INFORMOU TER PROCEDIDO A VERIFICAÇÃO ET
CONSTATADO IMPROCEDÊNCIA INFORMAÇÃO RELATI-
VA A SEQUESTRO VG DEVENDO AQUELE ÓRGÃO EMI-
TIR NOTA SOBRE O ASSUNTO PT

CORDES SAUDS
EUCLIDES PEREIRA DE MENDONÇA
CHEFE GABINETE MINISTRO JUSTIÇA

— Ao Conhecimento da Casa.

Sob o n.º 13/80, do Senhor ADULAR GEMZA, Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, através do qual, solicita a Vossa Excelência, a efetivação de uma campanha em todo o Estado do Paraná, objetivando a plantação de árvores nativas, nas margens dos rios, nas divisas das propriedades rurais e nos locais mais acidentados que são apropriados para este plantio. — Ciente. Arquite-se.

Sob o n.º DIR/OMC/amb/156/81, da Cooperativa de Cafeicultores de Maringá Ltda., vem externar agradecimentos aos Senhores nobres Deputados, que vêm lutando a fim de que possam usufruir, junto ao Banco Central do Brasil, de crédito para implantação da indústria de fiação de algodão, cujo projeto consta dos planos da Cooperativa de Maringá, para o início do exercício de 1981. — Ciente. Arquite-se.

Sob o n.º 838/80-DL, do Senhor DONATO GULIN, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, encaminhando requerimento de autoria do nobre Vereador JOÃO BAPTISTA GNOATO, no qual apoia a campanha em defesa das tradições cristãs da família brasileira, em relação à pornografia. — Ciente. Arquite-se.

Sob o n.º 2103/SEC/80, do Senhor Deputado LAURO DE BELÉM SABBÁ, Presidente da Assembléia Legislativa de Belém, Estado do Pará, no qual comunica a aprovação da Proposição n.º 885/80, de autoria do nobre Deputado CÉLIO SAMPAIO, subscrita pelos Senhores Deputados ÁLVARO FREITAS, RONALDO PASSARINHO, LAURO SABBÁ, JOSÉ GUILHERME, PAULO RAMALHO, JAIME NASCIMENTO, NICOLAU SARATY, MARIUADIR SANTOS, MARIA DE NAZARÉ, AMÉRICO BRASIL, MILTON PERES, LAÉRCIO FRANCO e AZIZ MUTRAN NETO, cujo teor segue abaixo:

“Senhor Presidente, submeto ao julgamento e decisão desta Casa, em forma de requerimento a presente Moção de Solidariedade, e Apoio, ao eminente Presidente da República, General JOÃO FIGUEIREDO. Nós, os representantes do povo paraense, que constituímos o Poder Legislativo do Pará, reconhecendo e acreditando nas patrióticas e democráticas intenções do eminente Presidente da República, MANIFESTAMOS, nesta oportunidade, o nosso irrestrito e incondicional apoio e a nossa patriótica solidariedade, a campanha que Sua Excelência e seu Governo vêm realizando, com destemor e desassombro, contra a violência, o crime, a subversão, os atentados e todas as demais formas de guerrilhas que criminosamente se instalou no País, com a intenção de impedir o processo de redemocratização do Brasil.”

Formulamos um veemente apelo, no sentido de que também se solidarizem com o eminente Presidente da República, na luta que seu Governo empreende contra o crime. — Ciente. Arquite-se.

Da ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO PARANÁ, comunicando que em sua última reunião, realizada em 15 de dezembro de 1980, presidida pelo Doutor LUIZ FERNANDO CAJADO DE OLIVEIRA BRAGA, resolveu manifestar sua insatisfação perante o Governo do Estado, Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, aprovando um voto de repúdio às referidas autoridades, pelo “DESCASO” havido para com a categoria médica, no tratamento dado ao plano de “CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS”, recentemente sancionado pelo Governo. — Ao conhecimento da Casa.

Comunicação:

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, vem comunicar à Casa, por intermédio dessa egrégia Mesa, que se afastará do exercício do mandato, com amparo no permissivo constitucional, contido no Art. 11, da Carta vigente, para assumir o cargo de Secretário de Estado Chefe da Casa Civil, do Poder Executivo, atendendo honrosa convocação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1981.

a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em data de 02 de março do corrente ano, do Senhor Domingos Pires.

O extinto, personalidade das mais ilustres da nossa sociedade, deixa viúva a Senhora Alzenir Silva Miguel Pires, com quem era casado em segundas núpcias. Progenitor de ilustres filhos que muito têm contribuído para o desenvolvimento do nosso Estado. Seu passamento vem de consternar os meios sociais de nossa Capital, razão pela qual se requer a manifestação desta Casa.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado conhecimento à família enlutada, na pessoa da Senhora Alzenir Silva Miguel Pires, residente à Rua 3750, número 100, Balneário de Camboriú - Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1981.

a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário a consignação de voto de pesar pelo falecimento da Sra. ELIZA DURIGAN, ocorrido no último dia 07.

Outrossim, aprovado o presente solicita seja dado conhecimento à família enlutada na pessoa do Sr. NATAL DURIGAN, à Rua México, 1116, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1981.

a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO BATISTA SIQUEIRA SOBRINHO, ocorrido no corrente ano.

Outrossim, requer, aprovado o presente seja da comunicada à família enlutada na pessoa do Sr. Eurípedes Siqueira à Rua Raquel Siqueira n.º 523, Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1981.

a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital, dia 07 próximo passado do Senhor VIRGÍLIO PEREIRA.

O extinto era funcionário público aposentado, onde com seu trabalho e honestidade soube grangear a simpatia de todos aqueles que com ele conviviam, além de ser um chefe de família exemplar e pai extremo.

Requer, outrossim, se dê ciência do presente à família enlutada na pessoa de seu filho Enock Lima Pereira, Rua Marechal Hermes n.º 240 - 3.º andar, Ap. 301, Nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1981.

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário,

se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Fulgêncio Ferreira Neves, ocorrido na cidade de Londrina.

Natural da Bahia, o extinto era um dos pioneiros de Londrina, onde chegou em 1932 para trabalhar como Corretor da Companhia de Terras.

Vereador em Londrina até o ano de 1955, Fulgêncio Ferreira Neves desaparece aos 98 anos de idade, pouco tempo depois de ter recebido o título de Cidadão Honorário de Londrina.

Pelas suas lutas, pela profunda dedicação em benefício de Londrina, pela tradição familiar que deixou, é justo que receba desta Casa Legislativa a homenagem póstuma que ora se propõe.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1981.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de pesar pelo falecimento de Daniel Cesar Turci, ocorrido em Londrina.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1981.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Kiyoshi Nishizima, ocorrido na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1981.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Dra. Anita Carvalho, ocorrido na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1981.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignada na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos a recém-criada Associação dos Jornalistas de Economia e Finanças do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1981.

a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Congregando profissionais de imprensa especializados, a nova Associação tem como objetivo a ampliação de fontes de informação ao público e aprimoramento profissional nesta importante área. No Brasil de hoje o setor econômico-financeiro tem um valor muito especial, pois define todas as ações do planejamento nacional. A informação econômica é uma necessidade que deve ser observada dentro dos limites da maior importância. A Associação é um novo instrumento que deverá solidificar a união da classe."

A primeira diretoria da Associação dos Jornalistas de Economia e Finanças do Estado do Paraná, ficou assim constituída:

Presidente: ILSON ALMEIDA (O Estado do Paraná); Vice-Presidente: ALMIR DE LARA (Gazeta do Povo); Diretor Secretário: LUIZ AUGUSTO JUK (Diário do Paraná); Diretor 2.º Secretário: VALÉRIO FABRIS (Gazeta Mercantil); Diretor Tesoureiro: DIRLENE SABÓIA I A CUNHA (Indústria & Comércio) e Diretor 2.º Tesoureiro: HU GO SEBEN (Folha de Londrina).

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER que os trabalhos da sessão plenária de amanhã, dia 10 de março, se iniciem no horário de 15,30, pelos motivos abaixo justificados.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1.981.

(a) AGUINALDO PEREIRA LIMA.

Apoiamento:

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, GABRIEL MANOEL, ERONDY SILVÉRIO, NELTON FRIEDRICH e DENI SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA:

Tal proposição fundamenta-se no fato de que amanhã, coincidindo com horário da sessão plenária desta Assembléia, deverá tomar posse no cargo de Secretário da Casa Civil, o ex-colega Deputado Fabiano Braga Côrtes, o qual deixou a Presidência deste Poder, recentemente.

Considerando a magnitude do cargo no qual foi investido e o alto espírito de companheirismo do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, nada mais justo e oportuno do que o requerido no presente expediente.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, apoio desta Casa, visando a suspensão da decisão da Superintendência Regional da Rede Ferroviária Federal S/A., em desativar o tráfego de trens de passageiros na linha São Paulo x Maringá x São Paulo, a partir do dia 11 do corrente.

Requer ainda, sejam encaminhadas cópias do presente ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes; ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes de nosso Estado, bem como ao Senhor Superintendente da Rede no Paraná.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1.981.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

Conforme comunicação da Superintendência Regional da Rede Ferroviária Federal S/A., dada a público nos últimos dias, a linha de trens de passageiros entre São Paulo x Maringá x São Paulo, será desativada temporariamente a partir do dia 11 do fluente.

Na mesma comunicação, a autoridade responsável explica que tal desativamento se deve ao baixo número de passageiros que a utilizam.

No entanto, esquece-se de dizer, que este baixo número de usuários, deve-se exclusivamente ao péssimo serviço colocado à disposição do público, mesmo sabendo-se que referido meio de transportes está sendo utilizado pela população de menor poder aquisitivo, assim a qualidade é das piores possíveis. Porém ainda nas épocas de maior "pique", ou seja, Natal, Semana Santa etc., é grande o número de passageiros que procuram aquele meio de transporte.

Não é admissível que uma empresa venha dizer que o serviço é anti-econômico e o desative, sem ter pelo menos procurado melhorar a qualidade do mesmo, e, aí então, temos certeza, o número de passageiros seria muito grande e conseqüentemente, não mais teríamos o desprazer em ver a desativação da linha

em questão.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao INCRA, para que através de órgão competente, este se digne a nos fornecer esclarecimentos sobre a classificação dada à lotação das pastagens no Município de Palmas, comportando 0,8 cabeças de gado de grande porte por hectare, o que equivale a 2,4 cabeças por alqueire paulista, e outras informações atinentes ao assunto ora em pauta.

É o que requer.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1.981.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Levamos em consideração a solicitação do Excelentíssimo Sr. Dimas de Abreu, MD. Presidente da Associação de Câmaras do Sudoeste do Estado, e solicitamos junto ao órgão competente do INCRA, esclarecimento sobre os critérios adotados e que causaram o estabelecimento de 0,8 cabeças de gado por hectare, como lotação de pastagens na região de Palmas, Zona 02. Acreditamos os pecuaristas da citada região, de que a lotação não corresponde às características de formação de pastagens e como tal, não comportam a lotação exigida pelo INCRA.

Diante de tal determinação por parte do órgão responsável a medida tem causado insatisfação por parte dos pecuaristas em vista do não aproveitamento de lotação conforme determinação provocando alta vertiginosa ao lançamento de tributação (ITR) insustentável à classe.

Anexo ao requerimento que ora apresentamos, segue fotocópia do Ofício Circular nº 20/80 da "ACAMSOP".

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Desembargador Acyr Saldanha de Loyola, ao expedir ofício circular a todos os juizes de Direito do Paraná, mandando apreender toda a propaganda consistente em folhetos, cartazes, revistas, enfim, em impressos em geral, destinados à venda, e que contenham chamados eróticos, obscenos e contrários aos bons costumes, e que expostos publicamente estariam à disposição de qualquer faixa etária, colocou o "dedo na ferida" e possibilitará, com essa medida, por um fim na onda de licenciosidade disseminada por certos órgãos de comunicação, cujo principal objetivo é o enriquecimento, embora isso custe um preço muito alto para a Nação com a depravação de nossa juventude.

A atitude patriótica do Desembargador Acyr Saldanha de Loyola merece o aplauso de todos, razão pela qual, requeiro, ouvida a Casa, a consignação de um voto de solidariedade ao nobre Desembargador.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1.981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 01/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É declarada de utilidade pública a SOCIEDADE COLUMBÓFILA DE CURITIBA, com sede na Capital do Estado.

Art. 2.º — Esta lei vigorará à data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1981.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Columbófila de Curitiba, fundada na Capital do Estado, a 1.º de março de 1977, tem participado de sem

número de atividades esportivas e cívicas, consubstanciadas em exposições ornamentais, revoadas e campeonatos. Nota-se com perfeição, da documentação que acompanha o presente projeto de lei, que a sociedade jamais realizou manobras impróprias ou inábeis que pudessem empanar o brilho de suas atividades, respeitando as leis e trazendo benefícios à comunidade.

Teve seus Estatutos aprovados e registrados, e seu funcionamento devidamente autorizado pelo Poder Público.

Ademais, preenche corretamente os pressupostos legais vigentes para a declaração de utilidade pública, em especial os da Lei 6994, de 1978, que regula a concessão de tal benefício.

Desta forma, está o presente plano a merecer o acatamento desta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 02/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ALCOÓLATRA DE BANDEIRANTES, com sede na cidade de Bandeirantes.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1981.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

A finalidade da Associação em pauta é daquelas que dispensam qualquer explicação.

Quanto a sua natureza pública, ela está implícita na amplitude e na nobreza da obra que vem realizando com extraordinário êxito.

Por essa razão, nada mais justo e oportuno do que se lhe reconhecer o caráter de utilidade pública.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para que seja determinado ao Comando Geral da Polícia Militar do Paraná, o assentamento funcional da folha do Comandante e demais componente do 2.º Batalhão, sediado em Jacarezinho, de agradecimento e voto de louvor da população local ao atendimento prestado a todos durante as duas enchentes que atingiram o município no mês de janeiro.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1.981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

Expressando sentimento de gratidão e a vontade da comunidade de Jacarezinho, que temos a honra de representar junto à Assembléia Legislativa do Estado, queremos nos congratular perante o Governador Ney Braga com os relevantes, dedicados e proveitosos serviços prestados pelo 2.º Batalhão da Polícia Militar no atendimento dos flagelados por duas enchentes que atingiram o Município no último mês de janeiro.

São depoimentos unânimes, quer de autoridades municipais de Jacarezinho, quer de habitantes vitimados pelas cheias, a darem conta do empenho dos milicianos comandados pelo Ayrton Ferreira da Silva não só no salvamento, mas, inclusive, na distribuição de roupas, alimentos e remédios aos desabrigados.

O Prefeito, Doutor Sebastião Manoel dos Santos, preocupado com as consequências lamentáveis das cheias, dirigiu pessoalmente a equipe da Prefeitura Municipal, empenhada na reconstrução de muros, pontes e ruas que foram danificados pelas águas. E também nesse trabalho foi permanentemente assistido e auxiliado pelos dedicados componentes do 2.º

Batalhão que, novamente, se tornaram credores da gratidão da comunidade.

Entendendo que gestos assim, de abnegação acima do dever e de envolvimento com os problemas das populações devem ser estimulados entre os membros da Polícia Militar, tomamos a liberdade de sugerir a Sua Excelência que, por justiça, determine ao Ilustríssimo Senhor Comandante Geral da Corporação que proceda o assentamento na folha funcional do Comandante e componentes do 2.º Batalhão desse meritório agradecimento e voto de louvor formulado pela sensibilizada população de Jacarezinho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, solicitando providências diante dos acontecimentos que envolveram o Diretório Central dos Estudantes de Londrina, ameaçado de perder sua sede e seus bens por força de decisão judicial em favor da Universidade Estadual de Londrina - UEL.

Assim sendo, pedimos a Vossa Excelência que intervenha na questão, fazendo prevalecer o sentido de justiça que possa impedir, inclusive, desdobramentos indesejáveis para toda a sociedade paranaense. Como deve ser do conhecimento do Sr. Governador, a sede do DCE é, desde 1965, de fato e de direito dos estudantes. Nada justifica a sua expropriação. Os estudantes, fiéis aos princípios democráticos, já procuraram de todas as formas e oportunidades de diálogo para ver resolvida a questão em termos elevados. Resta ao Governo corresponder a esse esforço.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1981.

(a) FIORI LUIZ

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do expediente.

A Presidência anuncia, com satisfação a presença neste plenário do Sr. Deputado Federal Hélio Duque.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Que sejam as minhas primeiras palavras de saudação aos colegas Deputados, de saudação à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado, aos novos Diretores da Casa e a todos os queridos funcionários desta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo)

“No momento em que toda a sociedade brasileira se mobiliza em defesa de seus direitos e na perspectiva de que venhamos alcançar plena democracia, também as mulheres se reúnem para expressar seus anseios específicos. Como em todo o País, em Curitiba se realizou, no final de semana, o Congresso da Mulher. A data é significativa. Dia 8 de março é o Dia Internacional das Mulheres e homenageia as operárias têxteis que em 1.857, em Nova Iorque, desencadearam a primeira greve conduzida por mulheres. O desfecho foi trágico. Os proprietários da empresa Cotton mandaram incendiar as instalações onde se encontravam as mulheres em greve e muitas morreram carbonizadas.

Desde então, a luta das mulheres não modificou seu caráter. Continuam a ser duplamente exploradas em nossa sociedade. Como donas de casa e como trabalhadoras. É isso que fica evidente nas conclusões extraídas pelas mulheres do Paraná em seu 1.º Congresso que reuniu mais de 500 participantes e que recebeu pleno apoio de nosso Partido.

Destas conclusões, Srs. Deputados, destaca-se o repú-

dio à discriminação, considerando que as mulheres devem receber os mesmos salários por igual trabalho, coisa que não acontece. O Congresso denunciou também uso ilegal da exigência do atestado de não gravidez para garantia de emprego.

Mostraram também as mulheres sua preocupação com a precariedade das condições de existência que enfrenta nos dias de hoje e família brasileira. E condenaram a política econômica que produz a elevação constante do custo de vida e gera a desnutrição, a fome e os altos índices de mortalidade infantil. São as mulheres que vão aos supermercados e descobrem que dia-a-dia conseguem comprar menos com os salários de seus maridos.

Esta é a realidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Mas as mulheres, como todo o povo brasileiro, estão dispostos a se integrar na luta para modificar estas condições. E prometem prosseguir até que haja um basta nas violências que sofrem enquanto mulher. Um basta na política de entreguismo de Governo. Um basta na política de arrocho salarial, que insiste em responsabilizar os trabalhadores pela crise econômica da qual todos somos vítimas.

Neste sentido, elas pediram, em seu 1.º Congresso, o congelamento imediato dos preços dos gêneros e serviços de primeira necessidade. E sabem que isto depende do avanço na luta política. E pedem o fim da Lei de Segurança Nacional e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, que possa reconduzir a Nação a sua magnitude.

O PMDB, em seu programa, firma sua oposição à anacrônica legislação que impede o pleno exercício da cidadania e da capacidade civil da mulher brasileira. Defende que a lei garante à mulher casada, igualdade na direção da vida conjugal, bem como amparo legal à mão solteira, em qualquer hipótese, proteção aos filhos. Defende, ainda, plenos direitos para as mulheres trabalhadoras: contra a discriminação de salários de que são vítimas, pela abolição de qualquer tipo de discriminação de emprego às casadas, gestantes, com filhos ou idosas; luta pela obrigatoriedade de creches nos locais de moradia ou de trabalho, a serem financiadas e mantidas pelas empresas, pelo Estado e a serem administradas sob controle direto dos interessados.

Nós, da oposição, não poderíamos deixar de registrar este 1.º Congresso da Mulher. E saudamos todos os participantes desta iniciativa que faz avançar, um passo mais na luta de todo o povo brasileiro por dias melhores."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê)

"É com satisfação que retornamos a este plenário, para o reinício de mais um período legislativo.

Queremos, nesta oportunidade, nos congratular com os novos integrantes da Comissão Executiva, que deverão gerir este Poder nos próximos dois anos e, ao mesmo tempo, lhes desejar uma feliz e bem sucedida gestão.

Durante o recesso que terminou no dia primeiro de março, próximo passado, passamos a maior parte do mesmo, em contato com nossas bases eleitorais, no interior do Estado, e, nesses contatos, tivemos oportunidade de constatarmos o descontentamento da maioria esmagadora de nossos conterrâneos, com a atuação do atual Governo.

Ninguém está satisfeito. Não existe mais esperança alguma. A cada mudança anunciada pelo Governo, a certeza de nosso trabalhador, que o grande sacrificado será ele mais uma vez.

No seio da juventude, o desespero tomou conta. O fu-

turo incerto, a falta de condições para chegar aos bancos universitários, o alto índice de desemprego, são alguns dos fatores que trazem o desânimo àqueles que devem gerir o futuro deste País.

Mas, Sr. Presidente, o que nos traz a esta tribuna na tarde de hoje, é para atender a dezenas de pessoas que nos procuraram, durante nossa permanência no interior, algumas delas, visivelmente revoltadas com as taxas cobradas pela "SANEPAR", nos serviços de fornecimento de água potável.

O que nos ocorre, nobres Deputados, é que o preço cobrado pelo fornecimento de água já é insuportável, e como se isso não bastasse, a Companhia em epígrafe, calcula sobre o valor do consumo de água potável uma sobre-taxa pela utilização do serviço de esgotos.

Temos o exemplo de um certo estabelecimento comercial em Santo Antônio da Platina, que pagou Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) de consumo de água e Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros), pela utilização do serviço de esgotos. Com essa cobrança, a SANEPAR poderá determinar que se lave, encere-se e banhe-se com perfumes franceses os esgotos da cidade, e mesmo assim, a certeza de lucro é real.

Queremos, nesta oportunidade, apelar para as autoridades responsáveis pelo setor, que tenham um pouco mais de consciência e, acima de tudo, mais respeito pelo já curto orçamento de nosso povo; queremos pedir aos dirigentes da SANEPAR para que reflitam sobre a finalidade social que a companhia deve desenvolver, os lucros podem ser menos para a companhia, mas, por outro lado, temos certeza que nosso povo terá mais alimento à mesa.

O que mais nos chocou, foi a conta de água nos apresentada por um pequeno comerciante, proprietário de um pequeno bar. Esse cidadão, levanta às 5,00 horas e dorme normalmente às 24,00 horas, trinta dias por mês, e, no mês de janeiro, obrigou-se a pagar cerca de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros) à SANEPAR, quantia esta, maior que o próprio aluguel de seu estabelecimento.

A permanecer essa situação, dentro em breve desaparecerá de nossas cidades, uma classe de valor inestimável, a do pequeno comerciante, e é essa mesma classe que mantém as pequenas cidades interioranas vivas e esperançosas. Isso se não acontecer o que aconteceu na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, no vizinho Estado de São Paulo, quando o povo em revolta total, apedrejou a Prefeitura Municipal daquela cidade, a residência do Prefeito e o prédio da SABESP, em sinal de protesto ao alto preço cobrado pelo consumo de água.

Pelos motivos que expusemos e para evitar acontecimentos desagradáveis como o acima exposto, Srs. Deputados, é que estamos encaminhando à SANEPAR, na pessoa de seu presidente, um requerimento solicitando algumas informações e rogamos que seja ele aprovado.

É o seguinte o teor do requerimento: (Lê)
"Senhor Presidente.

O Deputado, subscritor do presente, no uso das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Doutor INGO HENRIQUE HUBERT, Presidente da "SANEPAR", solicitando as seguintes informações:

1 — Quais os motivos da alta taxa cobrada pelo consumo por metro cúbico de água potável;
2 — Qual o critério usado para cobrança ao tributo identificado no talão como "ESGOTO"?

a) Se, calculado pelo consumo de água, qual o motivo?

3 — Existe na SANEPAR, algum incentivo que beneficie o pequeno comerciante?

Sala das Sessões, em 9 de março de 1.981."

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur). Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estamos solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro da Educação e Cultura e ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Ney Aminthas de Barros Braga, nos seguintes termos: (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de TELEX ao Excelentíssimo Senhor Rubem Ludwig e ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná Ney Aminthas de Barros Braga, solicitando o cumprimento da Lei n.º 6.708, que garante os reajustes semestrais de salários aos professores e funcionários da Fundação Universidade Estadual de Londrina, ao mesmo tempo em que, os servidores da instituição repelem qualquer tentativa de transformar a Fundação em Autarquia.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1.981.

JUSTIFICATIVA:

Os professores e funcionários da Universidade Estadual de Londrina, através do seu Sindicato, moveram uma ação de cumprimento da Lei n.º 6.708 que garante os reajustes semestrais de salários.

Ganharam por unanimidade na Junta de Conciliação e Julgamento de Londrina, mas a Reitoria da UEL, recebendo recomendações expressas do Secretário da Educação e do Procurador do Estado, não levando em conta a autonomia ao principal estabelecimento de ensino da região, recorreu da decisão.

Ocorre que a causa é líquida e certa para o pessoal da UEL.

A decisão da Justiça do Trabalho de Londrina ao dar ganho de causa aos servidores, decretou que a dívida, a partir de 1.º de setembro de 1.980, seria acrescida de juros e correção monetária.

Isso faz com que, quanto mais demore a decisão final, a dívida da Universidade para com os seus servidores, irá crescendo quase que numa progressão geométrica, podendo chegar a níveis altamente comprometedores para os orçamentos futuros da instituição.

Os professores e funcionários, preocupados não mais com o recebimento da diferença da Universidade, apelaram para o Reitor para que retirasse o recurso a fim de evitar graves problemas. E surpreendentemente, aqueles que deviam, pelos cargos que ocupam, zelar pelo patrimônio da Universidade, simplesmente se mostraram insensíveis. Se o caso fosse com um dirigente de uma empresa particular, e que o pagamento da dívida, quando a decisão chegasse à última instância, saísse do seu bolso, nenhum empresário arriscaria como estão fazendo os dirigentes da UEL, porque na realidade não vão sofrer qualquer prejuízo de ordem pessoal. O prejuízo será da comunidade.

Recentemente, em pleno reinado de momo, o Secretário da Educação do Estado do Paraná, Sr. Edson Machado de Souza declarou que de forma alguma os professores e funcionários seriam enquadrados na referida lei e se isso acontecesse, o Estado transformaria todas as fundações em autarquias.

Essa declaração já mostra que de fato, conforme decisões judiciais, as Universidades do Paraná, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, o Instituto Agrônomo e outras fundações, são de caráter privado, caso contrário por que a ameaça de transformá-las em autarquias?

Essa declaração do Secretário da Educação do Estado do Paraná só podia ter sido feita no período de carnaval.

Com toda certeza, ele estava inspirado em Joãozinho Trinta, porque normalmente não se pode esperar de um Secretário de Educação declarações tão infantis e momescas.

A Justiça decidiu que as universidades de Londrina e Maringá deveriam pagar os reajustes de acordo com a citada lei.

Só em Londrina são mais de duas mil pessoas. No Estado, são oito Fundações, todas na mesma situação.

Transformar fundações em autarquias é um retrocesso, porque quando o Governo criou as fundações foi exatamente para proporcionar facilidades de melhor administração, isto porque, as Universidades e Institutos de Pesquisas, como o IAPAR, necessitam da flexibilidade administrativa para poder levar essas instituições a decisões livres capazes de resolver com muita facilidade os problemas administrativos.

Transformar estas instituições em Autarquias é criar sérios obstáculos administrativos, é entravar o seu progresso. A declaração do Secretário da Educação visa somente prejudicar as instituições, os professores, funcionários e pesquisadores, sem vantagem alguma de qualquer espécie.

Como pode uma Universidade, que é formadora de gerações, praticar a ilegalidade e o desrespeito à Lei? Como pode, numa sala de aula o seu professor sentir na carne o peso da ilegalidade praticada pela própria Universidade?

E os professores de Direito, como se sentirão ensinando Direito e Filosofia Jurídica numa Universidade que rasga a Constituição e desobedece a lei?

Quando há uma luta pela Federalização das Universidades do Paraná, o Sr. Secretário da Educação fala em autarquias.

Infelizmente, a Secretaria da Educação está entregue não a quem entenda de formação pedagógica e sim a quem vê o professor e o aluno como simples números, já que o Sr. Edson Machado é um protótipo do tecnocrata da Educação, egresso do Ministério, onde coordenou uma política repressiva em relação à liberdade acadêmica, fundamentada no 477 e 288".

Um outro requerimento, Sr. Presidente, ao Governador do Estado, nestes termos, solicitando providências diante dos acontecimentos que envolveram o Diretório Central dos Estudantes de Londrina, ameaçado de perder sua sede e seus bens, por força de decisão judicial em favor da Universidade Estadual de Londrina.

Assim sendo, pedimos a Vossa Excelência que intervenha na questão, fazendo prevalecer o sentido de justiça que possa impedir, inclusive, desdobramentos indesejáveis para toda a sociedade paranaense. Como deve ser do conhecimento do Sr. Governador, a sede do DCE é, desde 1965, de fato e de direito dos estudantes. Foi uma doação na época do Secretário Alípio Ayres de Carvalho. Nada justifica a sua expropriação. Os estudantes, fiéis aos princípios democráticos, já procuraram de todas as formas e oportunidades de diálogo para ver resolvida a questão em termos elevados. Resta ao Sr. Governador corresponder a esse esforço.

Era isso, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, inscrito.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Ninguém deve ser menor do que os seus sonhos", afirmou Tennessee Williams, na sua novela "Os Imigrantes".

"Venho a esta tribuna, impelido por um dever de consciência e pela necessidade de abordar um tema que considero relevante para esta Casa e para o momento político que vivemos no Paraná.

A nossa Assembléia Legislativa, assim como todas as Casas de Leis do Brasil, em seus vários níveis, exercitou recentemente o seu mais importante papel político administrativo interno, com larga repercussão externa.

Quis o destino que este humilde representante do povo, participasse ativamente deste processo, colocando o seu nome à consideração dos seus Pares, para o mais salutar exercício democrático, que é o voto.

Antes de tudo, desejo que fique totalmente límpido que outro motivo não nos moveu nessa caminhada, senão o de servir de instrumento efetivo para a consecussão do único objetivo que a todos nos leva a participar dos embates políticos, o de conquistar, embora os sacrifícios e incompreensões, a valorização daqueles que fazem do mandato popular não um fim em si mesmo, mas um veículo sério e honesto para a realização do bem comum.

No instante em que nos dispusemos a disputar a Presidência da Assembléia Legislativa, sabíamos das dificuldades a enfrentar, das barreiras que seriam colocadas à nossa frente, e das forças legítimas ou espúrias com que nos depararíamos. Almejavamos um debate de idéias e uma depuração de pensamentos. Contávamos com a lucidez dos companheiros de bancada e com a prometida isenção de correntes que, por um dever de lealdade, senão pessoal e político, deveriam ao menos permitir que o sagrado princípio da independência dos Poderes fosse efetivamente praticado e respeitado.

Consciente do mundo em que vivemos no dia a dia da política, desejávamos que o Poder Legislativo do Paraná erguesse a cabeça acima das quesilhas provincianas e emergisse aos olhos do povo sobranceiro e forte, oportunizando novas idéias, novos métodos e novos costumes.

Conhecemos as forças que se levantaram contra a nossa candidatura.

Não me refiro, Srs. Deputados, às forças internas, às legítimas, àquelas que aqui atuam e agem. Refiro-me aos pescadores de águas turvas, aos que buscam nos episódios políticos marcantes, os meios que não dispõem, porque não têm voto ou inspiração, lealdade e retidão de conduta, e aproveitam a ingenuidade de alguns e a má fé de outros, para tentar marcar posição, embora nebulosa e inconfessável. Estes se revelam, mais cedo ou mais tarde, em toda a sua inteireza, na dubiedade de atitudes, no engano premeditado, na cabala sorrateira e triste, usando os meios e veículos conquistados pelos mesmos métodos que agora usam para manter posições e privilégios.

Estes não ficarão sem resposta.

Considero imperioso dever político e até obrigação de cada cidadão paranaense, contribuir para o saneamento da nossa vida pública, revelando no momento oportuno e na ocasião em que suas ambições desvairadas tornarem-se notórias, as suas artimanhas e ardís, que vicejam à sombra do Poder quando lhes interessa ou sob a capa da autenticidade independente, quando esta posição lhes rende dividendos eleitorais ou financeiros.

As forças que desabaram sobre a nossa candidatura, longe de buscar atingir pessoas, foram manipuladas e acionadas contra uma idéia nova e vigorosa. Idéia e pensamento, que sabem eles, não admitem os métodos e formas em que se habituaram e pelos quais sobrevivem.

A eleição de nova Mesa Executiva desta Casa e, antes dela, a reunião e a votação da bancada do Partido Democrático Social, foi uma demonstração insofismável para quantos tenham olhos para ver, que algo de novo está acontecendo nos meios políticos do Estado.

Doze Deputados, doze homens sérios e independentes, doze líderes políticos que dizem e agem sem medo, colocando compromissos de honra bem acima de interesses mesquinhos; doze homens que se uniram para marcar posição, iniciaram uma nova jornada no movimento político paranaense. Os doze

companheiros que sufragaram o meu nome, não o fizeram pelo mero desejo de renovar para revitalizar. Além desse objetivo, que por si só seria suficiente para justificar suas atitudes, outro bem maior, impessoal e idealista, pairou em suas consciências. A força da idéia que os moveu e encontrou em meu nome o caminho para a sua afirmação, não esmoreceu com o resultado da votação. Ao contrário, ali se afirmou e cresceu. Ali se consolidou. Foi o gesto que materializou a palavra. Foi a coragem que se fez ação e a ação que traduziu a idéia. E essa idéia não morre. A cada dia e a cada instante, em cada gesto e em cada palavra ela vive, perdura e haverá de frutificar. Esses doze Deputados têm um compromisso com a sua atitude e mais que isso, com a força do pensamento que os impulsionou. E esse compromisso é também e principalmente, meu.

Ratifico aqui esta tribuna e publicamente, o compromisso que juntos assumimos.

Se quando nos elegemos para esta Casa, cada um de nós trouxe dos seus eleitores e amigos a esperança de trabalho e honradez, agora com o episódio da eleição da Mesa, que nos vinculou e irmanou, a esperança se alarga e o compromisso se aprofunda com o desejo e a vontade de unidos e coesos, poderemos dar uma resposta política e eleitoral a uma nova geração de brasileiros que aqui vivem e que confiam e esperam que homens lúcidos e independentes possam mudar o rumo dos acontecimentos. Ficou provado que doze companheiros, sem rebeldia e sem revolta, testemunharam que têm vontade e força para lutar por aquilo em que crêem. Que têm fé na prática democrática do voto, que aceitam com tranqüilidade o resultado adverso por ser da própria essência da democracia. Mas, muito mais que isso, ficou provado e o futuro vai mostrar claramente que novos ventos começaram a desfraldar um novo estandarte neste Estado. Estandarte esse que não tem dono ou patrão, que tem a conduzi-lo não um homem ou um grupo, mas que é levantado e aberto pelo coração e pela alma de quem não trai, não troca e não vende, por que tem responsabilidade para com o passado e os olhos postos no futuro, com lealdade e amizade.

As portas de um novo tempo estão abertas. O nosso comportamento nesta Casa e fora dela, nos embates eleitorais que se avizinham, inclusive na sucessão governamental, será marcado pela união inquebrantável em torno de princípios e posições altaneiras. As decisões serão assumidas em conjunto. Seremos uma só vontade e uma só força. Vamos mostrar ao Paraná o quanto podem politicamente homens movidos pelo idealismo e pela coragem. O problema de cada um será o problema de todos. A aspiração administrativa ou política de cada representante do povo não mais será solitária ou subordinada à boa vontade e ao fígado dos "cardeais".

Esta, Senhores Deputados, não é apenas uma proposta.

Mais que isto, é um anúncio. Anúncio para todos e sobretudo para aqueles que ainda têm esperança e acreditam nos destinos deste Estado e deste País. Haveremos de encontrar forças e gente, instrumentos e idéias, para implantar novos costumes e novos métodos.

Dentro da Assembléia Legislativa, nossa tarefa será ingente. Exerceremos em toda plenitude não só o direito de cada um, mas sobretudo os deveres comuns a todos.

Entendemos que, a par das decantadas e necessárias prerrogativas parlamentares há que se agilizar o Poder Legislativo com atos e fatos que realmente correspondam às palavras, a fim de que o povo não apenas confie, mas tenha a certeza concreta de que a época do favoritismo pessoal, do filhотismo eleitoral e da corrupção encoberta ou aberta, está definitivamente sepultada.

Piero Calamandrei afirmou que "aqueles que confiam na justiça, mesmo em oposição aos astrólogos, podem mudar o curso das estrelas".

Nós confiamos na Justiça e sobretudo, acreditamos no

idealismo de quantos têm assento nesta Casa.

Não pretendemos mudar o curso das estrelas; queremos só que as estrelas brilhem para todos.

O seu fulgor quando não é distribuído com justiça, pode e deve ser conquistado com lutas e sacrifícios.

O sacrifício foi feito.

A luta começou”.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Gernote Kirinus. (AUSENTE).

Concedo a palavra, no horário da liderança do PDS, ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao término das nossas obrigações como titular da 1ª Secretaria da Comissão anterior, cumpre-me o indeclinável dever de aqui comparecer para dizer do nosso agradecimento mais profundo ao apoio, à compreensão, ao estímulo de todos os Srs. Deputados que, durante dois anos, nunca nos faltaram em nenhum momento, em que a Comissão Executiva de todos eles teve necessidade.

Também aos Srs. funcionários que puderam emprestar a sua colaboração, a sua dedicação, em favor das coisas desta Assembléia.

Foram, sem dúvida, dois anos não muito fáceis, que exigiram muito de nós, muito embora compreendo que fizemos pouco.

Foi preocupação principal daquela Comissão, oferecer aos Srs. Deputados as melhores condições possíveis de trabalho.

Daí, a primeira providência que aquela Comissão tomou, foi fazer contato com o Sr. Governador do Estado no sentido de que autorizasse a Secretaria das Finanças para que liberasse recursos para a construção do anexo deste edifício, que comportará todos os gabinetes e outras dependências, gabinetes que receberão os Srs. Deputados e terão tamanho e condições padronizadas.

Conseguimos também — e foi uma vitória da Casa — perseguindo um objetivo de assessoramento dos Srs. Deputados, um cargo de 1 C, e também, ao final do período anterior, que os gabinetes dos Srs. Deputados recebessem um datilógrafo para os serviços burocráticos.

Procuramos, durante dois anos, aplicar recursos econômicos, as verbas destinadas à Assembléia com maior rigor, com maior zelo, como bem merecem as aplicações de todo dinheiro público.

Assumimos o Serviço de Segurança da Assembléia que, embora tenha falha, mas, atualmente é feito com gente da Assembléia, ou à sua disposição.

Assumimos o Serviço de Ar, desta Casa, que não era nosso. Procuramos contratar — e contratamos — vinte datilógrafos para atender a Administração que estava carente de bons datilógrafos.

Fizemos também, ainda no primeiro ano, juntamente com os Srs. Deputados, depois de vários contatos com o Sr. Governador do Estado e com a área financeira, a reestruturação dos funcionários desta Casa. Porque, à época, havia uma defasagem entre os vencimentos dos funcionários da Assembléia e do Tribunal de Contas.

Em virtude dessa lei, surgiu o Decreto 187/80, que, por determinação daquela lei, cumpria sua regulamentação.

Deixamos dois documentos, que entendo da maior importância, de subscrever. Porque o Sr. Presidente e o Sr. 2º Secretário já o haviam assinado.

Um deles é o que regulamentaria o acesso dos funcionários de uma classe para outra, muito embora a Secretaria tenha recebido documento elaborado por funcionários altamente responsáveis e capazes, entendi que poderia ser melho-

rado, que poderíamos, que a Comissão Executiva poderia fazer com que, através desse decreto, decreto de regulamentação de acesso, pudesse dar melhores condições àqueles que mais vêm à Assembléia, àqueles que dão mais de si para o bom desempenho deste Poder Legislativo.

Como não pude oferecer sugestões — confesso — para que o documento fosse melhorado, porque não o estudei, portanto, não o subscrevi.

Espero que a Comissão Executiva atual possa, então, agora, por se tratar de um documento indispensável ao funcionalismo da Assembléia, prover essa falta.

O outro decreto que deixei de assinar e que devo aqui justificar, foi a transformação dos cargos de coordenadores dos Departamentos e das chefias de serviços autônomos da Casa, que são 16 cargos que antes, de apenas função gratificada, foram transformadas em cargos de assessoramento de nível superior.

Por que não assinei? Porque entendo que toda a vez que tramita por esta Casa proposta dessa relevância, e mesmo porque acima de tudo, altera os quadros da Casa ou os seus serviços, toda vez que a iniciativa não for da Comissão Executiva, ela deve se manifestar; nenhum projeto ou uma proposição nesse sentido, deve tramitar, ser votado, passar pelos órgãos técnicos sem que passe, antes, pela Comissão Executiva.

Foi inclusive, eu entendo assim, muita desconsideração por não ter passado, por falha dos responsáveis, antes pela Comissão Executiva, para que ela opinasse e desse sua opinião, sobre a tramitação do tal documento.

Ora, se aquela Comissão entendia que o número de cargos que reduziu inclusive o número de cargos de Consultores Legislativos em número de cinco, e os cargos de Secretários de Comissão anteriormente denominados em dois, deles se transformou 65 cargos menores em cargos de CLT, para dar assessoramento aos Srs. Deputados, com a menor remuneração desta Casa, não poderia eu faltar a um compromisso meu, faltar à orientação implantada por aquela Comissão, assinando agora lei dessa natureza.

Se nós, desde o início, nos preocupamos com criação de cargos, porque agora eu haveria de prover, no apagar das luzes, a criação deste cargo, e aqui não me refiro aos seus ocupantes, porque todos eles já estavam inclusive por indicação dos Srs. Diretores, que haviam antes consultado a Comissão Executiva.

Portanto, Sr. Presidente, esses esclarecimentos eu julgava necessários. Quero desejar à Comissão Executiva desta Casa, tão bem representada, todo êxito. Não faltará de nossa parte, o nosso apoio e a nossa colaboração em qualquer momento a que formos solicitados.

Queríamos dizer, ao encerrar, que se esta Casa, diariamente, através de seus Membros, levantam os problemas sérios do Estado, quase que na maior das vezes de crítica à chefia do Executivo, é preciso também que nós, do Poder Legislativo, possamos dar exemplos de administração, aplicando os recursos do Estado com dignidade e com probidade.

Foi isso que procuramos fazer.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Consulto à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Fará uso do horário da Liderança, nos três primeiros minutos, o Deputado Mário Celso, e os demais, o Deputado Fiori Luiz, em nome da Liderança.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna agora, apenas para comunicar que durante o recesso, ocorreu a eleição também para o Comitê de Imprensa desta Casa.

Na qualidade de Deputado e jornalista profissional, tenho a honra de informar que o ilustre companheiro, Antônio Carlos Lacerda, o nosso querido "cão", foi reeleito Presidente do Comitê de Imprensa, e expediu um documento que passo a ler:

"Aos jornalistas integrantes do Comitê de Imprensa da Assembléia Legislativa.

Entendi a minha reeleição para a Presidência do Comitê de Imprensa, como uma manifestação de irrestrita confiança de todos os colegas jornalistas e radialistas credenciados nesta Casa.

Presidir o Comitê de Imprensa, na sua fase de reimplantação, foi uma tarefa honrosa que, no biênio passado, procurei desempenhar com independência, visando estabelecer um entendimento de alto nível entre os profissionais da informação e os Parlamentares componentes deste Poder.

Decorridos quase dois anos de existência, o nosso órgão representativo já se impôs e vem merecendo, pelo seu posicionamento seguro, o inteiro respeito de toda a classe política.

Estou certo agora de ter cumprido uma missão, de ter unificado os colegas e de ter mantido um necessário bom diálogo com todos os Deputados com assento na Casa e com a Comissão Executiva.

Admitir a continuidade no cargo, sem o mesmo entusiasmo inicial, é alimentar uma vaidade que, decididamente, não possuo.

Por estas razões, nesta oportunidade, renuncio à presidência do Comitê de Imprensa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em caráter irrevogável".

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) No horário reservado ao PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê)

"É evidente que ainda não foi suficiente o esforço democrático capaz de extirpar o quisto do arbítrio e do autoritarismo da vida brasileira. Ele está presente e por vezes parece reencontrar forças para sobreviver. Saimos de um período de 16 anos de violência, assassinatos, torturas. E embora o espaço democrático conquistado, preserva-se ainda o regime. E também aqueles que pregam o retorno aos dias mais negros do fascismo.

A Universidade, como instituição destinada ao progresso do conhecimento, sempre foi alvo daqueles que lutam para impor exatamente o oposto. E nesses dezesseis anos, eles se instalaram em nossa universidade para fazer valer o obscurantismo, a irracionalidade, o arbítrio, a violência. Afastaram os mestres mais capazes, como o professor gigante, o professor Vieira Netto e, mais recentemente, o professor Freire Maia, para que em seus lugares se instalassem os esbirros que atentam contra a democracia, contra o espírito aberto necessário ao progresso da ciência.

A Universidade Federal do Paraná vem sendo exemplo triste desta situação. No início do ano passado, um professor daquela instituição sugeriu que se fizesse uma triagem ideológica entre os docentes. Dizia ele que a Universidade não poderia conviver com idéias que não eram as suas. Constantemente outros professores ou diretores demonstraram sua pretensão de excluir da Universidade aqueles que têm idéias, concepções democráticas que contrastam com as da direção.

Agora temos mais um caso. O pró-Reitor Celso de Deus pede guerra ao marxismo que identificou entre os universitários. As expressões desse marxismo estariam nas reivindicações que os estudantes fazem de mais verbas para os restaurantes universitários, ou no apoio que os estudantes demonstraram às várias lutas do povo brasileiro por melhores condições de existência. É a velha alegação. Aquilo que contraria aos interesses do poder arbitrário é subversão.

Uma antiga forma de justificar o arbítrio, a violência, a incúria, a incapacidade e, muitas vezes, a corrupção. Não foi esta a justificativa para tantos assassinatos? Para tanta tortura? Para tantas expulsões? Pois há aqueles, como o Professor Celso de Deus, que insistem em renovar suas delações para garantir o poder.

A Universidade nos dá o retrato triste do País em que vivemos. Na Universidade Estadual de Londrina, os estudantes são expropriados da sede do seu Diretório Central de Estudantes por força de ordem judicial que se sobrepõe a todos os preceitos de justiça. Desde 1965, como expliquei há pouco, o DCE pertence de fato e de direito aos esutandes. A Reitoria daquela universidade, inspirada no arbítrio e na violência, pensa que vai sufocar a voz dos estudantes retirando-lhe a sede de seu diretório. É assim que agem aqueles que se mantêm no poder há dezesseis anos.

A Universidade Católica do Paraná negou matrícula a estudantes que se destacaram pela luta em favor dos interesses dos estudantes. Assim acreditou que iria sufocar a voz dos estudantes que reivindicam melhores dias para a universidade e para todo o povo brasileiro. Assim agem aqueles que tanto usaram do arbítrio e da violência para obter vantagens contra os interesses da maioria da Nação.

Quanto tempo ainda teremos de ver instituições tão importantes como a universidade, dirigidas por homens como Celso de Deus, de quem nada se sabe a não ser que defende o arbítrio e a violência e que certamente gostaria de recuar ao tempo do fascismo mais feroz. Ou talvez, ao tempo da inquisição, pois nada mais se assemelha ao Professor Celso de Deus, que conhecemos através de pronunciamentos, que um inquisidor, ávido de poderes que lhe permitam sufocar Galileus.

Os estudantes que o Senhor Celso de Deus acusa de subversivos são claros em suas reivindicações, Senhor Presidente, Senhores Deputados: pedem o que é justo. Nenhum centavo além de 39,4% de aumento nas anuidades escolares. Subsídios para as escolas particulares. Fixação de 12% do Orçamento da União para a Educação. Levantam-se contra os reajustes semestrais. Contra as taxas, sobretaxas e repasses. E pedem a democratização da Universidade com eleições diretas para a reitoria e todos os cargos administrativos.

Esta democratização é o que incomoda a homens como Celso de Deus. Certamente o processo democrático faria justiça às qualificações maiores de professores que se distinguiram pela sua capacidade, seu conhecimento, seu espírito aberto e democrático que a universidade exige para cumprir seu papel. O processo democrático não cede lugar a homens como Celso de Deus. A homens como o Reitor da Universidade de Londrina. A homens como o Reitor da Universidade Católica. O processo democrático daria lugar àqueles que se dignificaram pelo respeito aos princípios de justiça e da democracia. E que sempre puseram o conhecimento, a verdade, acima dos interesses menores e mesquinhos que degradam não apenas os dirigentes, mas também a instituição que precisa ser resgatada das mãos da incompetência, do arbítrio, do obscurantismo."

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Consulto à bancada do Partido Popular se deseja fazer uso do seu horário. — (Declina).

Tendo declinado, consulto à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro. — (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria que se encontra sobre a mesa:

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, comunicando esta Casa, que se afastará do exercício do mandato, para assumir o cargo de Secretário de Estado Chefe da Casa Civil, do Poder Executivo. — **Ao Departamento Legislativo, para os devidos fins.**

Esta Presidência solicita dos Srs. Líderes de Bancada, na forma regimental, que indiquem os Srs. Deputados membros das Comissões Técnicas da Casa, para que as mesmas se organizem.

O SR. MÁRIO CELSO (Pela ordem) — Apenas gostaria de encaminhar oralmente um comunicado à Casa. Com a renúncia do Sr. Antônio Carlos Lacerda, do Comitê de Imprensa, acaba de ocorrer eleição e já temos o resultado: foi eleito para Presidente do Comitê de Imprensa, o Jornalista Hugo Santana. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa agradece a comunicação.

Passaremos à apreciação das matérias restantes que se encontram sobre a mesa:

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando que os trabalhos da Sessão Plenária de amanhã, dia 10, se iniciem no horário de 15,30 horas. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Fulgêncio Ferreira Neves, ocorrido na cidade de Londrina. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Doutora Anita Carvalho, ocorrido em Londrina. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Kiyoshi Nishizima, ocorrido na cidade de Londrina. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Daniel Cesar Turci, ocorrido em Londrina. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Virgílio Pereira. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Batista Siqueira Sobrinho. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Eliza Durigan. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Esta Presidência convoca o Sr. 1.º Vice-Presidente, Sr. Deputado Gilberto Carvalho, para assumir a Presidência, a fim de que possamos recepcionar o Embaixador da Alemanha que visita este Poder. — (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Carneiro) — Requerimento de

autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Domingos Pires. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos a recém criada Associação dos Jornalistas de Economia e Finanças do Estado do Paraná. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao INCRA, encarecendo informações sobre a classificação dada à lotação das pastagens no Município de Palmas. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando o apoio desta Casa, visando a suspensão da decisão da Superintendência Regional da Rede Ferroviária Federal S/A em desativar o tráfego de trens de passageiros na linha São Paulo-Maringá-São Paulo. — Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Carneiro) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da SANEPAR, consubstanciado em pedido de informações, sobre as taxas e demais tributos cobrados por aquela Companhia. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Carneiro) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade ao Desembargador Acyr Saldanha de Loyola, por ter expedido ofício circular a todos os Juizes de Direito do Paraná, mandando apreender toda a propaganda que contenha apelos eróticos e obscenos, exposta publicamente. — **Aprovado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, lido da tribuna, solicitando o envio de telex aos Srs. Ministro da Educação e Governador do Estado do Paraná, encarecendo o cumprimento da Lei n.º 6.708, que garante os reajustes semestrais de salários aos professores e funcionários da Fundação Universidade Estadual de Londrina. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Carneiro) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências diante dos acontecimentos que envolveram o Diretório Central dos Estudantes de Londrina. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Carneiro) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo o envio de

ofício ao Comando Geral da Polícia Militar do Paraná, determinando o assentamento funcional da folha do Comandante e demais componentes do 2.º Batalhão, sediado em Jacarezinho, de agradecimento e voto de louvor da população local ao atendimento prestado a todos durante as duas enchentes que atingiram o município no mês de janeiro. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, terça-feira, às

15,30 horas, de conformidade com o requerimento neste sentido, já aprovado na sessão de hoje.

Levanta-se a sessão.

Assuntos Diversos:

BALANCETE DO FEPPA

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR – FEPPA
BALANCETE DO MÊS DE FEVEREIRO DE 1981

DÉBITO		CRÉDITO	
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A AGÊNCIA CENTRO CÍVICO	593.898,82	RENDAS DIVERSAS	872.661,09
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CONTA POUPANÇA	10.000.000,00	RENDA DE CONTRIBUIÇÕES	1.920.113,52
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A CONTA POUPANÇA	5.709.599,65	IMPOSTO DE RENDA NA FONTE	16.662,00
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	15.113.948,17	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	61.640.620,03
VALORES MOBILIÁRIOS	31.400.000,00		
MATERIAL DE CONSUMO	2.390,00		
PENSIONISTAS	1.594.128,00		
SEGUROS	5.992,00		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS			
TOTAL	64.450.056,64	TOTAL	64.450.056,64

Reconhecemos a exatidão do presente Balancete somando a importância de “sessenta e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta mil, cinquenta e seis cruzeiros e sessenta e quatro centavos”.

aa) ARY DOS SANTOS
Contador CRC 47-PR

ANTÔNIO FACCI
Tesoureiro

JORGE SATO
Presidente